

# O social bate à porta do audiovisual: o debate sobre violência urbana a partir do documentário *Notícias de uma Guerra Particular*

Gustavo Souza

Doutorando, ECA/USP

gustavo03@uol.com.br

**Resumo:** A partir do documentário *Notícias de uma guerra particular* (João Moreira Salles e Kátia Lund, 1999), pretendemos traçar uma discussão sobre o estado de violência urbana no Brasil, por meio de quatro tópicos fornecidos pelo filme: o tráfico de drogas, a inserção da juventude na criminalidade, o posicionamento da polícia e a busca por proteção e legitimidade por parte dos jovens envolvidos com o crime.

Palavras-chave: documentário, violência urbana, tráfico de drogas.

**Resumen:** Se analiza el documental *Noticias de una guerra privada* (João Moreira Salles y Kátia Lund, 1999), com la intención de dibujar un debate sobre la situación de la violencia urbana en Brasil a través de cuatro temas proporcionados por la película: el tráfico de drogas, la inclusión de los jóvenes en la delincuencia, el posicionamiento de la policía y la búsqueda de legitimidad y protección de los jóvenes involucrados en el crimen.

Palabras claves: violencia documental, urbana, el tráfico de drogas.

**Abstract:** From the documentary *Notícias de uma guerra particular* (João Moreira Salles and Kátia Lund, 1999), we intend to draw a discussion on the state of urban violence in Brasil by means of four topics provided by the movie: drug traffic, the insertion of youth in crime, the positioning of the police and the search for protection and legitimacy by young people involved in crime.

Keywords: documentary, urban violence, drug traffic.

**Résumé:** À partir du documentaire *Notícias de uma guerra particular* (João Moreira Salles et Kátia Lund, 1999), cette contribution a pour objectif d'entamer une discussion sur l'état de la violence urbaine au Brésil, autour de quatre thèmes traités dans ce film: le trafic de drogue, l'insertion de la jeunesse dans la criminalité, la position de la police, et la recherche de protection et de légitimité de la part des jeunes impliqués dans le crime.

Mots-clés: documentaire, violence urbaine, trafic de drogue.

## Introdução

**A** Presença da violência urbana nos meios de comunicação de massa e seus produtos têm percorrido, nas últimas duas décadas, uma escala ascendente. Antes restrita às páginas policiais dos jornais sensacionalistas, a violência está hoje presente de forma horizontal em praticamente todos os produtos midiáticos. Nessa direção, a produção de documentários brasileiros dos últimos anos tem tomado como personagens principais pessoas que estejam diretamente vinculadas a tal contexto, sejam como agente sejam como vítima, como mostra o documentário *Notícias de uma guerra particular*, de João Moreira Salles e Kátia Lund (1998).

O tráfico de drogas no Rio de Janeiro é o tema de *Notícias...* Trata-se de um dos mais importantes filmes realizados a partir de 1993 (período conhecido por “retomada”) por abordar o momento de consolidação das atividades do narcotráfico na cidade. A violência urbana e, conseqüentemente, o crime organizado começam a se intensificar no final dos anos 80 (Adorno, 2000; Leeds, 1999; Nascimento, 2003; Zaluar, 1999). *Notícias...* é realizado no final dos anos 90, isto é, apenas dez anos depois do início desse movimento. Esse tempo, que pode ser visto como ínfimo para se avaliar o grau e os efeitos dos “acontecimentos históricos”, foi suficiente para que as facções criminosas que comandam o tráfico de drogas na cidade conquistassem uma solidez sem igual. O filme de Salles e Lund é realizado exatamente neste momento do auge das atividades do tráfico, revelando a urgência da discussão dessa temática no campo audiovisual. Sendo assim, *Notícias...* funciona como uma espécie de “abre-alas” para que outros documentários pudessem mais adiante abordar questões relativas à violência urbana como, por exemplo *Ônibus 174* (José Padilha, 2002) e *O prisioneiro da grade de ferro* (Paulo Sacramento, 2004). Por essa razão, centraremos o debate sobre a violência urbana a partir do documentário de Salles e Lund, uma vez que ele nos fornece os subsídios necessários para o andamento da discussão.

A violência urbana apresenta um arsenal de questões demasiadamente amplo. Uma discussão sobre essas temáticas pode apresentar uma infinidade de itinerários, de forma que o seu esgotamento, nesse momento, nos levaria a fazer o trabalho do antropólogo, e isso não é

o nosso propósito. O que queremos discutir aqui é a condição social brasileira atravessada pela violência urbana a partir das questões que *Notícias de uma guerra particular* apresenta. Para isso, centraremos as atenções em quatro sub-temas apresentados pelo documentário selecionado, a saber: (1) o tráfico de drogas; (2) a inserção da juventude na criminalidade; (3) o posicionamento da polícia; e (4) a busca por proteção e legitimidade nos dias atuais. A intenção aqui não é resenhar os textos que se dedicam a essa temática, mas, com eles, empreender uma discussão que permita entender a articulação entre esses temas e o documentário brasileiro da “retomada”.

Num documentário onde os personagens estão diretamente vinculados à violência urbana, perceber como este contexto é abordado pelo filme torna-se indispensável. Para isso, recorreremos aos estudos realizados pelas ciências sociais, especialmente pela antropologia, a partir de autores como Alba Zaluar, Elizabeth Leeds, Luis Eduardo Soares e Gilberto Velho.

## **Hierarquia e autoritarismo: pontos de partida para o debate sobre violência urbana**

A imagem imediata que formulamos quando o assunto é violência urbana talvez surja das nossas próprias experiências nesse ensejo ou aquelas já consagradas pelos meios de comunicação de massa: o jovem com a arma na mão - seja para o assalto à mão armada, a proteção da boca de fumo ou o confronto com a polícia. Antes de associar a violência urbana a essas situações mais imediatas, é preciso ter em mente os fatores que promovem sua constituição. A conjuntura em que a sociedade brasileira se encontra hoje não surge a partir do jovem de posse de uma arma. Essa imagem é apenas o ponto final de um percurso no qual a sociedade brasileira já trilha há bastante tempo. Percurso apresentado por Régis de Moraes, em obra introdutória sobre o assunto, no início dos anos 80, e que antecipou muitas das questões que hoje integram as discussões em torno da violência urbana como, por exemplo: fracassos familiares; descrenças nas experiências pessoais e coletivas; burocratização ou desaquecimento das relações humanas; o descom-

passo na concretização de desejos revelando questões de poder e hierarquias (Morais, 1981).

A violência urbana surge, então, no bojo de uma série de fatores que colocam o pesquisador face a questionamentos sobre que método adotar diante desse fenômeno, para quem se evitem posicionamentos fossilizados. A tarefa, como reconhece Glória Diógenes, não é das mais simples. Em suas pesquisas sobre gangues, galeras e o movimento hip-hop, a autora considera que o estudo sobre o tema deve considerar uma série de elementos que se conectam entre si: ordem, caos, incerteza, acaso, fragmentação, imprevisibilidade, diferenças, instabilidade. Este arcabouço permite ultrapassarmos as categorizações dualistas do tipo “bem” ou “mal” para entendermos a complexidade que cerca e constitui o comportamento social violento. Por essa razão, a autora frisa que é importante ‘perceber uma teia de acontecimentos que se constroem no campo ‘desconhecido’ e ‘maldito’ da violência e qual sua ‘eficácia’ nas redes de sociabilidade dos atores que a praticam’ (Diógenes, 1998: 90).

Os apontamentos de Moraes e Diógenes sinalizam para a necessidade de uma perspectiva não reducionista desse horizonte. Acreditamos que um ponto de partida para entendermos esse contexto – a situação limite com o jovem com arma na mão - seja a articulação entre os estudos da sociedade relacional e hierárquica, elaborados por Roberto DaMatta, e a noção de sociedade autoritária, de Marilena Chauí.

Para DaMatta, os princípios que organizam as relações sociais são componentes chaves para entendermos o funcionamento da sociedade brasileira. No escopo social brasileiro eminentemente hierárquico, complementar e relacional, as condições de mobilidade do indivíduo, suas possibilidades de transitar entre os níveis sociais e sua posição diante das normas e das leis dependem primordialmente do universo de relações no qual ele está inserido e que lhe confere status social. Assim, no Brasil, o indivíduo que é visto apenas a partir de sua dimensão singular e abstrata estará isolado e, portanto, desprovido dos canais de acesso a recursos sociais, políticos e econômicos. Nesse modelo de sociedade hierárquica, se a relação faz com que um grupo goze de determinados privilégios em detrimento de outro, a formação das barreiras entre os diversos estratos sociais será inevitável. Essa forma de organização social está diretamente vinculada ao exercício da cidadania e do poder, como esclarece DaMatta (1991:78).

„É a relação que explica a perversão e a variação da cidadania, deixando de perceber que ocorre no caso das diversas categorias ocupacionais no Brasil, onde formam uma nítida hierarquia em termos de sua proximidade do poder, ou melhor, daquilo que representa o centro do poder.”

A noção de sociedade autoritária, de Marilena Chauí, também nos ajuda a entender o terreno onde se instala a violência urbana. De certa forma, a proposta de Chauí se aproxima da de DaMatta. Só que a autora expande sua análise para além das questões da relação e da hierarquia, embora não deixe de pontuar a importância destes aspectos, para visualizar a materialização e as conseqüências do autoritarismo em diversas instâncias. Para Chauí, a sociedade brasileira é autoritária porque concede a cidadania como privilégio de classe, favorecendo a criação de barreiras hierárquicas entre os indivíduos tornando confusa a fronteira que separa o público do privado. Dessa maneira, a respeito de como se constitui a convivência entre as pessoas, Chauí (1986: 54) aponta o seguinte:

“Todas as relações tomam a forma de dependência, da tutela, da concessão, da autoridade e do favor, fazendo a violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e o clientelismo, considerados naturais e, por vezes, exaltados como qualidades positivas do caráter nacional. ”

É neste âmbito que o autoritarismo se pulveriza em escala horizontal na sociedade brasileira, onde, de acordo com a autora, as leis no imaginário social são inúteis e só servem para assegurar privilégios. Nesta sociedade autoritária, os partidos políticos cumprem precariamente o seu papel de representação popular; a esfera pública nunca chega a constituir-se em sua plenitude, pois está sempre intermediada e controlada pelas exigências do espaço privado; as disputas pela posse da terra são conflituosas e a estrutura agrária se constrói de modo a favorecer cada vez mais a imigração e o surgimento dos espoliados do interior: sem-terra, bóias-frias, volantes; as cidades estão estruturadas a partir de centros e periferias, e quem habita esse último espaço será inevitavelmente estigmatizado; os instrumentos criados para tortura são hoje aplicados às classes subalternas por parte da polícia e a pobreza é a justificativa para o aumento dos índices de violência urbana. Trata-se, portanto, de um cenário nada promissor, mas que, para Chauí, ainda é

possível visualizar uma saída: o direito à representação política; liberdades civis e do poder judiciário; e a participação das classes trabalhadoras na defesa de seus interesses (Cf. Chauí: 53-62).

A combinação dessas duas perspectivas oferece uma possibilidade para entendermos o contexto atual de violência urbana por que passa a sociedade brasileira, devendo-se considerar apenas que tal combinação não é unívoca e absoluta. Tal conjuntura é um dos desdobramentos dessa questão, e não o único. Além do ingresso na criminalidade, é preciso registrar que o vínculo com as representações culturais como a música, por exemplo, tem se mostrado como uma importante estratégia de sociabilidade juvenil, como evidenciam os documentários *Fala tu* (Guilherme Coelho, 2004), *Sou feia mas tô na moda* (Denise Garcia, 2005) ou *O rap do pequeno príncipe contras as almas sebosas* (Marcelo Luna e Paulo Caldas, 2000). A religião também deve ser citada, por ser mais uma possibilidade para se refutar a inserção na criminalidade. Nessa perspectiva, há os documentários *Santo Forte* (Eduardo Coutinho, 1999) e *Santa Cruz* (João Moreira Salles, 2000). Esses filmes mostram que muitos moradores de comunidades periféricas abraçam os ideais propostos por segmentos religiosos - catolicismo, candomblé ou protestantismo - como estilos de vida, e dessa forma alteram sua relação com a criminalidade, tenazmente condenada por esses setores, principalmente o protestantismo. É preciso reconhecer que esses “caminhos” às vezes se cruzam. Nos segmentos religiosos, é cada vez mais recorrente a inclusão da arte como uma estratégia para cooptar a juventude de comunidades de baixa renda. Daí o surgimento de tantas bandas evangélicas e do crescimento do setor carismático na Igreja Católica. Sabemos da importância da religião e das representações musicais dentro desse contexto, mas por agora nossa preocupação é com a questão da violência urbana.

Após a apresentação do panorama onde a violência urbana encontra terreno ideal para o seu desenvolvimento, é preciso verificar como os temas que colhemos de *Notícias...* nos ajudarão a empreender a discussão sobre a violência urbana: o tráfico de drogas; juventude e criminalidade; papel da polícia e a necessidade de proteção e afirmação nos dias de hoje.

## Quatro temas sobre violência urbana

O tráfico de drogas talvez seja hoje a expressão máxima do contexto de violência urbana no país. Embora visto como um fenômeno do morro ou favela, seu raio de alcance transcende este universo e atinge os mais diferentes setores no âmbito social, político, estatal, econômico e cultural. O tráfico de drogas é um organismo que redesenha o mapa social e urbano dos grandes centros urbanos, sem restrição geográfica, vai de norte a sul do país.<sup>1</sup>

*Notícias de uma guerra particular* mostra como as pessoas diretamente inseridas nesse contexto se relacionam com a “guerra” decorrente do tráfico de drogas. Uma guerra que apresenta duas configurações: o conflito entre o tráfico e a polícia, e a disputa por pontos de venda entre traficantes de facções rivais. No meio desse embate, está o morador, sujeito às ações de policiais e de traficantes. Em seu estudo sobre o comércio da cocaína no Rio de Janeiro, Elizabeth Leeds (1999: 235) chama a atenção para um aspecto destacado pelo documentário: “os favelados, em particular, se vêem entre dois fogos: a violência ilegal dos traficantes e a violência oficial das forças policiais”. São os envolvidos diretamente nesse cenário – traficante, morador e policial - que o documentário vai ouvir.

Tanto *Notícias...* quanto a pesquisa de Leeds enfocam os personagens mais visíveis deste contexto para entender o histórico e a engrenagem do tráfico de drogas. O direcionamento dado pelo documentário e pela pesquisadora aponta que o narcotráfico encontra seu sustentáculo a partir da ausência do Estado como garantidor das necessidades básicas do cidadão e da corrupção policial. Porém, tanto a pesquisadora como os documentaristas negligenciam um terceiro elemento que é indispensável para a sobrevivência do tráfico de drogas: o consumidor. Em *Notícias...* ele aparece apenas através da fala de outros personagens (o traficante Adriano e o capitão Pimentel). Nos anos 80, o consumo de drogas (cocaína em especial) estava restrito às classes mais abastadas. Com o passar do tempo, transcendeu a

---

<sup>1</sup>O rapper MV Bill e o produtor Celso Athayde realizaram uma pesquisa em diversas cidades do país, onde constataram que a intensidade da atuação do tráfico de drogas não é exclusividade do Rio de Janeiro. O resultado desse trabalho foi publicado no livro *Cabeça de porco*(Objetiva, 2005).

questão de classe e se pulverizou pelos grandes centros urbanos, como atesta o depoimento de Paulo Lins no documentário:

“Cocaína era uma coisa isolada, era coisa de rico, né?. O favelado não usava cocaína, era só maconha (incompreendido). As pessoas que cheiravam cocaína eram consideradas como ricas, entendeu? Tinham status lá. Quando ela saiu do espaço do rico e entrou no espaço pobre, aí a coisa ficou, ficou mais leve quando começou a dar dinheiro a coisa ficou mais leve porque muita grana, muita gente todo mundo querendo vender e tinha que delimitar um espaço, né. Tinha que defender o ponto pra poder vender.”

O consumidor é uma peça chave na engrenagem que delega ao tráfico o caráter de empresa atacadista, com filiais em todo país. A questão do consumo de drogas torna-se cardeal para o entendimento não só do funcionamento do narcotráfico, mas também do contexto de violência urbana, pois há tráfico de drogas porque há consumidor. O Estado ausente e a corrupção policial não podem ser vistos como os únicos que garantem a manutenção e a longevidade do tráfico.

O epicentro da questão parece estar no caráter ilegal do narcotráfico. Proibido, ele continua a manter esquemas de corrupção policial com a conivência do Estado, que parece se fazer presente apenas no momento de emergência ou de crise. Mesmo ilegal, o tráfico não deixará de movimentar um verdadeiro exército de profissionais e tampouco perderá seu poder de atração, seja para o trabalho, seja para o consumo. Comum entre as práticas ilegais é o fato de apenas um pequeno grupo ter acesso aos possíveis benefícios que tais atividades possam proporcionar. E com o tráfico de drogas essa composição não é diferente. Assim, o tráfico é marginal por excelência, pois a marginalidade passa também pela questão da legitimação. Ao contrário do envolvimento com a arte e com a religião, também vistos como alternativas à juventude periférica, o tráfico encarna em sua amplitude máxima o caráter de marginal entre essas possibilidades. Por essa razão, destaca-se um documentário como *Notícias...* por acender a discussão em torno da comercialização de drogas, bem como o atual quadro de violência urbana. Em suas diferentes composições, marginalidade, ilegalidade e narcotráfico se articulam na composição do mosaico que constitui a violência urbana.

Apesar da crescente lucratividade do tráfico, moradores e traficantes encontram-se numa situação ainda adversa. O lucro gerado pela venda de drogas não serviu para minimizar os índices de pobreza ou desigualdade. Também não há registros de traficantes que tenham feito fortuna por agenciarem “bocas de fumo” (Zaluar, 2000). Como mostra *Notícias...*, o saldo, para moradores e traficantes, é negativo. A extensão do tráfico vai além das questões de renda e incide também nas relações entre vizinhos e parentes. Gilberto Velho destaca que antes da intensificação do tráfico, as relações sociais eram mais amistosas e baseadas na solidariedade (Velho, 2000, p. 18). Hoje o cenário é diferente e os pactos firmados entre moradores e traficantes não se limitam mais à lei do silêncio, interferindo de forma direta na relação entre familiares. O documentário *Favela Rising* (Jeff Zimbalist, Matt Mochary, 2004) aborda o conflito instaurado em 1993 entre as comunidades de Vigário Geral e Parada de Lucas, no Rio de Janeiro, devido à disputa por pontos de venda de drogas. Na ocasião, as famílias que tivessem parentes na comunidade rival estavam proibidas de se verem, a não ser que se encontrassem em outra parte da cidade.<sup>2</sup>

Uma escola que funcionava há 32 anos, na Estrada da Gávea, decidiu fechar as portas por conta da violência travada entre traficantes da Rocinha e do Vidigal. Cf. Colégio deixa a Gávea por causa da violência. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2005. Rio. Mesmo que não tenha qualquer vínculo com o “movimento”, o morador das comunidades onde o tráfico atua intensamente tem as suas ações delimitadas.<sup>3</sup>

<sup>2</sup>Mais de uma década depois, a situação não é muito divergente. Em 2004, depois de o Morro do Adeus, em Bonsucesso, subúrbio do Rio de Janeiro, ter sido tomado por traficantes de facções rivais, cerca de 70 famílias foram expulsas de suas casas. O conflito entre traficantes interfere até na educação de moradoras das favelas. Crianças do Vidigal não frequentam escolas na Rocinha, e vice-versa. Cf. O bê-á-bá das facções. *O Globo*. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2005. Rio.

<sup>3</sup>O documentário *Sou feia, mas tô na moda* (Denise Garcia, 2005) mostra, numa determinada passagem, a dificuldade dos moradores da Cidade de Deus em conseguir trabalho. Muitas empresas recusam profissionais que residam no bairro devido ao estigma de que quem mora na Cidade de Deus tem ligação direta com a criminalidade e a violência urbana.

Mesmo a contragosto, ele passa a contribuir para o sucesso das estratégias de traficantes.<sup>4</sup>

Como se não bastasse o estigma de morar na favela, ainda é preciso saber lidar com situações desta natureza para não perder sua moradia ou, dependendo do caso, a vida. Como aponta o depoimento da moradora Janete, a democracia no tráfico é, portanto, despótica:

“(...) o lado negativo, o lado cruel das arma é que quando eles tem que cobrar, seja de pessoa lá de baixo, seja da nossa comunidade, eles não vão medir, eles não vão medir, eles não querem saber se é menos, se não é, entendeu. Se eles puderem matar e esquartejar e cortar e colocar lá pra todo mundo ver como exemplo, pra ninguém vacilar porque se não vai pra vala, eles são capazes disso.”

O debate em torno do tráfico de drogas inevitavelmente nos leva ao segundo tópico dessa discussão: o envolvimento do jovem nas atividades do narcotráfico. Hoje, eles atuam como protagonistas de histórias que ouvimos tanto no nosso círculo de convivência como nos meios de comunicação de massa. Por essa razão, a referência à imagem do jovem com a arma na mão não se dá ao acaso, mas sim porque é o jovem entre 15 e 24 anos que, em grande parte dos casos, está à frente dos acontecimentos relativos à violência urbana. Muitos dos depoentes de *Notícias...* aparecem de costas ou com a imagem de seu rosto borrada, não apenas porque não querem ser reconhecidos, mas por que ainda não atingiram a maioridade, o que faz a lei proibir a veiculação de suas imagens.

Os motivos que explicam este movimento são diversos e controversos. O trabalho de Leeds aponta algumas razões para a inserção da juventude no tráfico de drogas: o esquema de extorsão praticado por policiais e as dívidas contraídas com traficantes faz o jovem assaltar para conseguir saldar a dívida, quando não consegue, ingressa no tráfico. Além desse aspecto, a sensação de poder e virilidade ao portar uma arma ou fascínio e a euforia diante de uma “vida bandida” e glamourizada com a ajuda dos meios de comunicação moldam os valores

---

<sup>4</sup>Uma pesquisa realizada por Alba Zaluar revela que o tráfico de drogas está diretamente vinculado às associações de moradores de morros e favelas no Rio de Janeiro. Há uma espécie de “cooperação” mútua entre as duas partes para que ambas possam realizar suas atividades da melhor forma possível. Mais informações, ver Zaluar (1999).

dos jovens que enxergam no tráfico a possibilidade de realizarem seus desejos (cf. Leeds, 1999: 214). A entrada do jovem na criminalidade é abordada pelo traficante Adriano, que em *Notícias...* relata sua experiência:

“Se eu roubo, se eu já roubei, não foi pra cheirar cocaína. Se eu fiz, foi porque eu tive que comprar primeiramente alimentação, que era comida, que eu não posso morrer de fome. Segundo era pra ajudar minha família. Terceiro era dinheiro pra eu me manter, pra andar arrumado.”

A fala de Hélio Luz, chefe da polícia civil, complementa a de Adriano, ao revelar o caráter empregatício do tráfico de drogas.

“Se eu conseguir um emprego, eu vou ter que trabalhar 12, 8 horas por dia para ganhar R\$ 112,00. De repente, né? Eu me encaixo no tráfico, eu ganho R\$ 300,00 por semana. É negócio. Não é? É negócio pra qualquer um. Só não é negócio pra quem nunca teve..., foi desempregado, pra quem nunca passou fome. Pro miserável é negócio. (...) É um emprego. Não é opção, não, é emprego. Ganha mais que o pai.”

A partir desses depoimentos a justificativa para a entrada no tráfico de drogas passa pela questão da renda, da baixa renda. Inseridos num contexto em que as oportunidades de inserção social são cada vez menores, o jovem do morro ou da favela vê no tráfico a chance de suprir as suas necessidades básicas como alimentação, medicamentos ou vestuário.

Por outro lado, há as considerações que não enxergam a inserção do jovem na criminalidade por esse viés. Zaluar manifesta total discordância com a idéia de que a criminalidade é conseqüência da pobreza. Corroborar esse pressuposto, segundo a autora, implica reafirmar estereótipos, que totalizantes, incluem uma massa de trabalhadores pobres como signatários da violência urbana. É como se os mais pobres tivessem uma pré-disposição fisiológica e psicológica para o crime, tornando-os diferentes daqueles que estão numa melhor condição social, gerando uma tensão entre as classes sociais. Para Zaluar, a questão da autoria torna-se cardeal para entendermos essa dinâmica, pois muda todo o espectro das investigações. Para os pobres, restam o rigor da lei e as sanções do Estado. Nesse sentido, a pesquisadora afirma que “é a condição social dos autores e não seu status de cidadão ou sujeito que passa a predominar e a favorecer o rigor e a rapidez das investigações” (Zaluar, 1994, p. 65). O significado que a noção de autoria pode as-

sumir leva muitos jovens de classe média e alta a se envolverem com o tráfico de drogas sintéticas, como ecstasy, por exemplo. Mesmo cientes da ilegalidade, muitos dos jovens presos justificam sua atividade apenas como um “comércio”, por não serem violentos e se passarem em condomínios de luxo. O exemplo da classe média envolvida com a criminalidade desmonta o argumento que explica a pobreza como causa da violência. É a adesão e a necessidade de satisfação de valores, como veremos a seguir, que condiciona a escolha pelo crime. Uma vez envolvido com esse tipo de prática, o jovem – tanto o pobre quanto o rico – está a um passo para o envolvimento com sequestros, assaltos e assassinatos. Como se vê, o envolvimento com a droga, seja como consumidor ou comerciante, é o passaporte para a criminalidade, e não a pobreza.

Quando *Notícias...* mostra as condições insalubres do cárcere de uma delegacia, um dos presos aproveita o passeio da câmera para fazer o seguinte desabafo:

“Nunca gostei de ser maltratado pela sociedade, entendeu? (...) Porque eu não vou trabalhar pra tá ganhando R\$ 100,00 por mês. Que sociedade é essa? Que sociedade é essa? Quero comprar um tênis Mizzuno por aí tá duzentos e [incomp.] real. Se eu for trabalhar eu não vou conseguir comprar um tênis Mizzuno, então eu tenho que assaltar mesmo [incomp.]. Mas vou assaltar quem tem e onde tem dinheiro.”

A fala do detento revela que a questão não se finda apenas na satisfação das necessidades básicas como alimentação ou medicamentos. Vivemos numa sociedade em que o simbólico tem um peso decisivo nas relações sociais, pois ele molda preferências e experiências. A inserção do jovem num determinado ambiente passa também pela aprovação do olhar alheio. Esse olhar, por sua vez, está atrelado a uma série de referências e projeções do que é e do que não é aceito perante um determinado grupo. Vestir uma roupa da marca X ou Y sanciona o direito de ser aprovado, e dessa forma se fazer visível, demarcar o seu espaço naquele território. A roupa ou “tênis mizzuno” detém um valor simbólico seminal nessa demarcação. O seu acesso, portanto, só se tornará mais fácil com o dinheiro rápido e “farto” conseguido no trabalho no tráfico de drogas. Dentro dessa perspectiva, o dinheiro da compra de um tênis vai para a marca, e não para o atendimento das necessidades físicas (nesse caso, a proteção dos pés). Como resume Soares (2005: 241),

“o foco da disputa são o coração e a cabeça dos jovens, não é o bolso, mesmo que ele seja relevante”.

A entrada do jovem no mundo do crime deve ser vista também do ponto de vista de suas necessidades e satisfações individuais, mesmo que posteriormente o desejo de reconhecimento e acolhimento seja compartilhado com o grupo do qual ele faz parte. Reconhecer esse aspecto é importante para que não se tome a juventude como um corpo único e homogêneo. A juventude urbana e pobre é, sem dúvida, a mais atingida diante das disparidades sociais brasileiras. A necessidade de aceitação e visibilidade leva muitos jovens a se envolverem com a criminalidade. Fazer parte de um grupo incita, num duplo movimento, evitar o estigma e alcançar a visibilidade. Evitar o estigma contribui para a afirmação e a solidificação da auto-estima. O ingresso na criminalidade, além de garantir a possibilidade de consumir, molda os referenciais desses jovens. Se as vias legais de acesso ao consumo e ao exercício da cidadania estão hoje obstruídas, a identificação com a sociedade onde esse modelo é vigente será mínima ou inexistente. Os aparatos públicos estão distantes, e não revelam o mesmo compromisso e responsabilidade que se experimenta em casa ou na comunidade. As relações do jovem pobre e morador da favela dificilmente serão capazes de lhe tirar desta condição. Como consequência, ele sofrerá diretamente os efeitos de uma sociedade, que relacional, institui a hierarquia como pilar básico de sua constituição. O jovem impedido do acesso aos bens essenciais e simbólicos reconhecerá no envolvimento com a criminalidade uma possibilidade de também existir, de se tornar visível. Essa questão torna-se vital para entendermos não apenas como se configura tal envolvimento, como também, a “invasão” desses setores marginais na produção de cinema, na produção de documentários. É necessário, porém, mais uma vez frisar que esse não é único caminho. Talvez ele seja o mais tentador por trazer em pouco tempo suas “recompensas”.

Nesse âmbito, a (in)visibilidade está diretamente vinculada à indiferença e ao estigma. Essa idéia, desenvolvida por Luis Eduardo Soares, torna-se particularmente importante para entendermos a engrenagem da explosão da violência urbana nos últimos 20 anos. O autor considerava que os jovens – especialmente os negros e pardos – se tornam visíveis apenas quando representam algum tipo de ameaça. Eles circulam pelas ruas sem serem vistos devido à indiferença que a sociedade

sempre dispensou às classes pobres. Uma outra forma de produzir a invisibilidade é a partir do estigma, pois ele coloca uma espécie de tela diante de nossos olhos e só nos permite enxergar aquilo que já temos pré-definido. O estigma é uma espécie de espelho que reflete os nossos posicionamentos. Além de revelar o preconceito, ele funciona também como uma proteção, segundo Soares (2005: 175):

“Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente.”

Os efeitos do estigma são sentidos hoje por toda a juventude brasileira inserida em um contexto de pobreza e violência. Mesmo que ela não atue diretamente, sofrerá com olhar reprovador ou desconfiado de quem vê o jovem que preenche os requisitos necessários para serem estigmatizados. O estigma gera a noção de exclusão, quando, na verdade, os “excluídos” estão inseridos em uma outra lógica social ou econômica. O jovem que trabalha no tráfico de drogas pode, do ponto de vista legal e social, ser mais um excluído da sociedade brasileira. Por outro lado, no espaço do tráfico em que o adolescente apenas espera atingir uma determinada idade para assumir certas responsabilidades, esse jovem está mais do que incluído. Os parâmetros, portanto, precisam ser relativizados, ou mais uma vez, o ponto de vista determina o objeto. A inserção da juventude no tráfico e na criminalidade parece resgatar o valor desse jovem, como pessoa única e individualizada e, ao mesmo tempo, recuperar a visibilidade que lhe foi negada pelos aparelhos oficiais. Como afirma Soares (2005: 215), “a arma é passaporte para a visibilidade”. A arma na mão do jovem é o grito que o tornará visível. É a garantia de que se não for pelas vias legais, será de outra forma que ele conquistará o papel não de cidadão, mas da pessoa que é visível e consumidora em potencial.

A questão da visibilidade para Soares se estrutura em torno do jovem pobre, negro ou pardo, ou seja, aquele que preenche os pré-requisitos necessários para a confirmação de estigmas e estereótipos. Mas quando vemos o jovem da classe média e alta envolvido em sequestros, assaltos e tráfico esta premissa precisa ser revista. É pouco

provável, pois, que a juventude de classe alta se envolva com a criminalidade para se tornar visível. O envolvimento em atividades desta natureza se dá inicialmente para satisfazer as próprias necessidades de consumo de drogas e em seguida sonhos de consumo. Além disso, o fascínio pela vida do crime, como ocorre entre os jovens periféricos, e a lucratividade rápida com a venda de drogas são motivos que explicam a entrada do jovem de classe média e alta na criminalidade. Exemplo emblemático é o de Pedro Machado Lomba Neto, o Pedro Dom, que de viciado passou a comandar arrastões em prédios de luxo na zona sul carioca até ser morto pela polícia. A questão do crime como estratégia de visibilidade é extremamente válida para entendermos o envolvimento do jovem com a criminalidade, mas não pode ser vista como a única opção, e, como vimos, não se aplica a todos os setores sociais.

Falamos até agora do tráfico de drogas e da juventude que nele trabalha. Usamos como imagem-tema “o jovem com a arma na mão”. Agora é necessário verificar o seguinte: quem fornece essa arma? Como ela chega à mão desse jovem? A partir desses questionamentos chegamos ao terceiro ponto da discussão em torno da violência urbana fornecida pelo documentário, ou seja, a polícia e seu envolvimento com as facções criminosas.

“Eu digo, não precisa me dizer. A polícia é corrupta. Eu afirmo a polícia é corrupta. Esta instituição que existe é uma instituição que foi criada pra ser violenta e corrupta, né?”, afirma Hélio Luz, em depoimento no *Notícias...* A corrupção da qual fala Luz se materializa na venda do armamento estatal para o tráfico e a violência que vai desde à abordagem até a formação dos grupos de extermínio. Nessa direção, torna-se válido o levantamento feito por Rondelli sobre as ações da polícia. Segundo a autora, os fatos de maior impacto relacionados à violência nos últimos anos contaram com a participação direta do setor policial: chacina da Candelária e de Vigário Geral; massacre de trabalhadores em Eldorado dos Carajás; massacre do Carandiru (Rondelli, 2000: 144).<sup>5</sup> Ainda há os episódios de extorsão, espancamento e assassinato na favela Naval, em São Paulo, e a chacina de Nova Iguaçu e Queimados, ocorrida em março de 2005 no Rio de Janeiro. Dessa forma, instala-se uma situação paradoxal: quem deveria promover a se-

---

<sup>5</sup>Segundo o levantamento da autora, a exceção fica por conta do assassinato da atriz Daniela Perez.

gurança acaba se tornando um agente ativo para a intensificação da violência. O depoimento de Hélio Luz a *Notícias de uma guerra particular* ilustra bem esse aspecto:

“Eu faço política de repressão. Em benefício do Estado pra proteção do Estado. A polícia foi feita pra manter a segurança do Estado, né. A segurança da elite [incomp.] Tranqüilamente. É manter a favela sob controle. Como é que você mantém 2 milhões de habitantes sob controle? Ganhando R\$ 112,00, quando ganha. Como é que você vai manter, entende, esses excluídos todos, entende, sob controle.”

Como resume um traficante em depoimento a MV Bill, “os policiais são sócios da boca”. A corrupção policial também altera o estilo de vida da população, especialmente a de baixa renda, mais vulnerável às suas ações. Os exemplos citados por Rondelli confirmam essa afirmativa e como efeito surge o sentimento de desconfiança, descrédito e medo. Trata-se de um encadeamento circular: a população mais pobre teme uma polícia que foi preparada para ameaçar em vez de proteger.

## **Conclusão**

Vivemos hoje num estado de alerta constante, em que ninguém parece escapar dos efeitos da violência. Mas, sem dúvida, são as classes menos assistidas pelos aparelhos estatais que sofrem mais diretamente as consequências desse fenômeno. Nosso olhar, portanto, direcionou-se para esses setores. Mas é preciso frisar mais uma vez: não se corrobora aqui a premissa segundo a qual a pobreza é responsável pela violência, isto é, como se os pobres tivessem impresso em seus genes uma característica que os tornam aptos a organizar e a manter a violência urbana. Parece que vivemos nos tempos de um neo-darwinismo social em que a violência urbana é usada como uma marca instintiva que distingue e classifica pessoas.

Pretendemos, portanto, com esses quatro sub-temas – tráfico, juventude, polícia e legitimidade – apontar algumas ações do painel onde a entrada dos setores subalternos na criminalidade passa ser vista de forma mais pontual e localizada. Como vimos em *Notícias de uma guerra particular*, as ações de policiais não diferem muito, nos efeitos que provocam – medo e coação -, das ações dos traficantes. O debate

sobre a violência urbana parece convergir para um único aspecto: o desejo de proteção. Seja de que ordem for, não importando de que venha, é preciso que ele se faça presente. A proteção, nesse sentido, advém do reconhecimento alheio, indispensável para a constituição identitária.

Tal contexto pede inevitavelmente a relativização do que vem a ser legítimo. A coexistência de diversos micro-mundos numa sociedade como a brasileira permite, por extensão, a visualização de inúmeros posicionamentos do que vem a ser a legitimidade. Enquanto cumpre o seu papel de garantidor da ordem, o Estado parece se isentar da situação como se a violência urbana fosse algo que existe “lá fora”, quando também tem sua parcela de contribuição para o crescimento dos índices nas grandes cidades.

## Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. “Adolescentes, crime e violência”. In: ABRAMO, Helena Wendel; FREITAS, Maria Virginia & SPOSITO, Marília Pontes (orgs.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip-hop*. São Paulo: Annablume, 1998.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LEEDS, Elizabeth. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira”. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs.). *Um século de favela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

MORAIS, Régis de. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. “Juventude: novo alvo da exclusão social”. In BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

RONDELLI, Elizabeth. “Imagens da violência e práticas discursivas”. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et alii (orgs.). *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV & ATHAYDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

VELHO, Gilberto. “Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica”. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 2000.

ZALUAR, Alba. *O condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan; Editora UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. “Crime, medo e política”. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba (orgs.). *Um século de favela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

\_\_\_\_\_. “A globalização do crime e os limites da explicação local”. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 2000.